

MARIA DO SOCORRO CARNEIRO SOUSA MADEIRA

**AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS DE BRASÍLIA:
pioneirismo e memória**

Brasília
2019

MARIA DO SOCORRO CARNEIRO SOUSA MADEIRA

**AS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS DE BRASÍLIA:
pioneirismo e memória**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico, lato sensu-a distância, do Programa de Pós-graduação em Arte-PPG-Arte, Instituto de Artes da Universidade de Brasília.

Orientador(a): Prof. MSc. Sidelmar Alves da Silva Kunz.

Brasília

2019

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a origem da história das primeiras bibliotecas públicas de Brasília,. Sabe-se que a biblioteca deve ter papel de destaque na vida do cidadão, sendo ali fonte de informações e materiais para o conhecimento e saber. Nesse sentido, Mesmo a criação de uma biblioteca pública em Brasília tendo precedido a inauguração da cidade, ocupando espaços adaptados e precários, com acervos desatualizados, escassez de verbas para manutenção e permeada de ações que envolviam, quase sempre, a insistência e o esforço daqueles que realmente tem conhecimento do valor deste espaço de aquisição do saber, o ambiente de biblioteca ainda tem se mostrado importante, sendo constituído via parcerias público-privadas, buscando melhores condições para a formação de leitores, permitindo o usufruto do patrimônio cultural da humanidade e desencadeando um processo educacional-social transformador.

Palavras-chave: Memória. Biblioteca. Brasília.
Pioneirismo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Biblioteca Pública de Brasília	28
Figura 2 –	Biblioteca Demonstrativa de Brasília	29

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
I A BIBLIOTECA PÚBLICA: CONCEITO, ESPAÇO E VIESES.....	7
II A BIBLIOTECA VISCONDE DE PORTO SEGURO: A PRIMEIRA BIBLIOTECA DE BRASÍLIA	14
III A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA.....	22
IV A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA: A BIBLIOTECA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

É sabido que a biblioteca deve ter papel de destaque na vida do cidadão, uma vez contendo ali várias informações e muitos materiais ofertados para o conhecimento e saber. Seu norte é servir diretamente a todos – população em geral, estudantes e outros (BEZERRA, 2011).

O presente estudo teve por norte analisar a origem das bibliotecas públicas foram analisadas as bibliotecas que mais se destacaram na cidade e que, de uma maneira ou outra, influenciaram na formação educacional e cultural da referida localidade.

De cunho investigativo utilizando pesquisa bibliográfica e documental, a formação da pesquisa deu-se por meio de cruzamento dos dados de fontes jornalísticas e documentos escritos, representando certa dificuldade para a configuração e interpretação do tema proposto.

Ao iniciar a pesquisa sobre as bibliotecas existentes na capital federal, encontraram-se dados acerca da primeira biblioteca pública da cidade, fundada em 1958, antes da inauguração da capital e encerrada tristemente em 1961, após o despejo de seu acervo – uma parte, jogado no meio da rua, veio a formar a coleção inicial da Biblioteca da Fundação Cultural, da Secretaria de Cultura do Distrito Federal, sendo, então, a Biblioteca Visconde de Porto Seguro, a procedência mais remota da Biblioteca de Artes de Brasília Ethel de Oliveira Dornas.

Percebendo-se que as dificuldades enfrentadas neste acontecimento eram semelhantes àquelas existentes em outras bibliotecas públicas de Brasília, seria necessária a busca pelo melhor entendimento desta situação de insuficiência,

Assim, a pesquisa em questão, além de evidenciar acima o objetivo central do estudo, teve como objetivos específicos:

- Constituir uma referência literária sobre as bibliotecas pioneiras de Brasília; e

Os instrumentos e técnicas utilizadas para a coleta de dados foram: pesquisa bibliográfica e análise de publicações científicas concernentes.

Segundo Bezerra (2011), a história da constituição das bibliotecas públicas em todo país, sem dúvida, é permeada de dificuldades e desafios diversos. Nesse

sentido, o presente estudo tem sua justificativa na busca pelo entendimento da situação de insuficiência, de certo esquecimento ou até de descaso, no plano governamental, seja na esfera federal ou distrital, das bibliotecas públicas em Brasília, pois, sendo a biblioteca um recurso indispensável para o desenvolvimento de todo cidadão, o próprio conhecimento sobre as primeiras bibliotecas criadas na capital federal do Brasil presta um grande auxílio no enriquecimento cultural e na formação de uma visão crítica sobre este importante instrumento para a população local.

O presente estudo se deu em quatro capítulos principais, a saber:

capítulo I – biblioteca pública, de modo geral; **I A BIBLIOTECA PÚBLICA: CONCEITO, ESPAÇO E VIESES**

II capítulo II – biblioteca pioneira e esquecida de Brasília: a Biblioteca Visconde de Porto Seguro; **A BIBLIOTECA VISCONDE DE PORTO SEGURO: A PRIMEIRA BIBLIOTECA DE BRASÍLIA**

III capítulo III – as bibliotecas das décadas subsequentes à fundação da capital federal; **III A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS „RESISTENTES“ DE BRASÍLIA**

capítulo IV – a história e a importância das primeiras bibliotecas surgidas em relação àquelas hoje existentes.

IV A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA: A BIBLIOTECA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL

I A BIBLIOTECA PÚBLICA: CONCEITO, ESPAÇO E VIESES

Em seus primórdios, a biblioteca pública, como equipamento público cultural, teve por norte o acesso à informação e à produção de conhecimento. Tal condição foi estabelecida

[...] a partir das configurações sociotécnicas que emergiram nas últimas décadas do século XX, marcadas, principalmente, pelas tecnologias, mas, também, pela condição de vida e trabalho da sociedade na atualidade, pautada na flexibilidade, rapidez e eficiência nos processos organizacionais (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 115).

A instituição biblioteca pública e os profissionais que ali atuam estão imersos em convocação constante em prol do diálogo junto às práticas de sociabilidade emergidas das novas configurações sociotécnicas, bem como das práticas sociais vigentes (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014).

Segundo Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 116), muitos processos sócio-históricos envoltos na biblioteca pública culminaram na formação de “memória, preservação e fomento da cultura; organização e disponibilização dos registros do conhecimento; acesso e produção de conhecimento; difusão da informação à comunidade; dentre outros”.

Entendida como instituição social, uma vez que serve a propósitos sociais (cultura, educação, informação, lazer etc.), o senso comum brasileiro ainda reduz a função social da biblioteca pública a um espaço de armazenamento de obras, acesso à leitura e à pesquisa escolar (BEZERRA, 2011). Assim, é preciso constantemente discutir e entende-la “como um espaço público e, os profissionais que nela atuam, como agentes políticos colabora para reposicionar este tipo de equipamento cultural no cenário nacional” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 116).

O conceito em torno da biblioteca pública se dá, em grande parte, nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, em meio às conformações sócio-históricas (BERGER; LUCKMAN, 1979).

As primeiras pesquisas sobre seu conceito advêm de Platão e de Aristóteles. Neste sentido, as reflexões e os debates acadêmicos ainda são incipientes (HJORLAND, 2009), pois, segundo Abbagnano (2007, p. 166), entende-se por

conceito “todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a apreensão dos objetos cognoscíveis”. E para a efetivação de tais processos, os conceitos refletem construções lógicas comumente estabelecidas com um quadro de referências que adquire seu significado dentro do esquema de pensamento onde são colocados (MARTINS; REIS, 2013).

Destarte, a questão da biblioteca pública

[...] sinaliza na direção de algumas nuances, que em determinados momentos apresentam-se como tensões em um campo repleto de disputas, em particular quando a análise incide sobre as funções atribuídas a, ou assumidas pelas bibliotecas públicas” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 117).

Mueller (1984 apud MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 118) aponta que nos séculos XIX e XX, os conceitos de biblioteca e de biblioteca pública estiveram envoltos a um conjunto de transformações, assumindo diferentes funções, conforme o contexto social existente, com base na:

a) organização dos registros gráficos; b) preservação dos registros gráficos; c) difusão da informação e do conhecimento; d) mediação da leitura e da informação; e) instituição mantenedora da ordem e do status quo; f) instituição partícipe do “processo civilizatório” g) função educacional e i) espaço para a desconstrução da ordem.

Observando as bibliotecas públicas na contemporaneidade, encontram-se rastros, em alguns casos e, permanências, em outros, das funções que lhes foram atribuídas no século XX (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014). Mas, é preciso reconhecer outras funções que lhes são atribuídas na sociedade atual. Sobre a questão, Medeiros (2010), por exemplo, observa a biblioteca pública como espaço de construção da cidadania. Já Silveira e Reis (2011) tratam as bibliotecas públicas como espaço de práticas culturais, evocando os lugares de memória. E Rasteli e Cavalcante (2013) apontam o lugar de mediação da leitura.

Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 118) atentam que a concepção de biblioteca pública na academia observa a

[...] questão da construção de sociabilidade e de acesso à informação, particularmente a partir da segunda metade do século XX, em que as bibliotecas, até então pautadas pelo paradigma da posse, passaram a se estruturar, a partir de uma narrativa pautada nas transformações sociotécnicas vigentes – o chamado paradigma do acesso.

Neste ínterim, Latour (apud BARATIN; JACOB, 2008) pensa a biblioteca pública como um espaço público, identificando-a como um “centro de cálculo”, afastando em definitivo a ideia de um lugar isolado e trazendo a tona a ideia de um lugar onde circulam matérias que se transformam em signos.

Quando do afastamento da “noção de biblioteca como um espaço isolado e estático”, apresentando-a “como um laboratório potencializador e amplificador de inscrições”, aquele autor potencializa a ideia da biblioteca pública

como espaço cultural e informacional de acesso à leitura, à informação e à pesquisa, como lugares de encontro entre diferentes tipos de informação de saberes e de sujeitos e, também como espaço de produção de cultura e conhecimento (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119).

No âmbito acadêmico, é preciso destacar o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas – um verdadeiro marco regulatório; mas, a biblioteca pública também pode ser caracterizada pelas suas relações entre o Estado e a sociedade civil; entre a propriedade e o regime jurídico público (bibliotecas públicas estaduais e municipais) (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014).

No que tange às questões de informação e conhecimento, o termo “público” tem sua evidência quando da afirmação onde todos têm direito a estes, devendo trata-los com respeito e colaborando para sua preservação, ampliação, difusão e produção. E sendo o entrelaçamento da relação Estado-sociedade e de um processo coletivo de fortalecimento da noção de cidadania (KEINERT, 2000), a biblioteca pública não se restringe à instituição estatal, mas são “espaços públicos de cultura e educação e são criadas e mantidas por pessoas, coletivos ou instituições privadas, sem fins lucrativos, comprometidas com suas comunidades” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 119).

Assim, entender a biblioteca pública como um espaço verdadeiramente público é considera-la como o resultado de um conjunto de relações que convergem para sua formação como tal. Sobre a questão, Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 119) observam:

As bibliotecas públicas, não são espaços vazios nos quais indivíduos e coisas (registros gráficos do conhecimento, em particular) são alocados para atender a determinadas funções que a elas são atribuídas, mas o resultado de um conjunto de relações entre elementos (sujeitos e objetos) que conformam uma espécie de configuração, repleta de conflitos e tensões, em que os papéis atribuídos a biblioteca pública, enquanto uma instituição social, e as apropriações que os diversos sujeitos fazem desses espaços estão em constante diálogo.

De fato, pensar a biblioteca pública no contexto social é considerar todos os elementos constituintes de uma configuração social, política, econômica e cultural, que possibilita uma reflexão dos processos referentes à formação da biblioteca em si, observando sua missão, função, organização e administração (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014).

A biblioteca pública, sendo um espaço público, segundo Machado, Elias Junior e Achilles (2014, p. 124), mostra-se como “um lugar que não se configura como um espaço institucional privado, estático ou simplesmente delimitado pelo Estado, mas sim, um espaço de sentido, de sociabilidade, dinâmico, fluido, compartilhado, que se constrói a partir de ações coletivas”.

E ainda, pensar um espaço público compartilhado

[...] reafirma a máxima de que todos devem ter acesso à informação e ao conhecimento, e consequentemente a produção de novos conhecimentos, a exemplo, de muitas bibliotecas públicas brasileiras que se configuram como um espaço aberto, cultural e de convivência, com ampla acessibilidade, que oferecem à população uma série de serviços públicos de qualidade a comunidade local (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 124).

No âmbito acadêmico, a biblioteca pública somente reúne adequadamente suas funções (preservação, ampliação, difusão, acesso e produção de informação e conhecimento) quando busca “ampliar e garantir a presença de profissionais qualificados”, que possam fazer jus à sua “função como agente público mobilizador, integrador e protagonista local, nesse tipo de equipamento público cultural” (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 124-125). E ainda, quando busca “fomentar o diálogo e a parceria entre governo e sociedade no sentido de construir conjuntamente condições que garantam e fortaleçam as políticas públicas com foco a ampliação e o fortalecimento do processo democrático de acesso à informação e a leitura para a população brasileira, por meio das bibliotecas públicas (MACHADO; ELIAS JUNIOR; ACHILLES, 2014, p. 125).

Desde a década de 1970, tem-se a preocupação com o usuário que adentra em uma biblioteca pública, além das pesquisas e dos estudos ali possibilitados. Porém, foi na década de 1980 que a Academia passou a se preocupar com a circulação da informação.

Neste sentido, os educadores acreditam que “a biblioteca deve ser o alicerce do processo ensino-aprendizagem. Os intelectuais acreditam que deve ser um espaço rico em literatura de ficção. O trabalhador comum não vê a biblioteca como um local para solucionar os problemas do cotidiano” (SUAIDEN, 2000, p. 57).

Sobre a questão, Martins (2002, p. 325) observa que “o adjetivo pública, que contemporaneamente se juntou ao nome da biblioteca, não corresponde apenas ao desejo de identificá-la como organismo mantido pelo governo ou por entidades particulares, mas aberto a todos os interessados”. Logo, o termo “público” deve ser encarado em seu sentido mais profundo, fazendo valer toda a extensão de seu significado.

A biblioteca pública, em seu sentido mais singelo de atuação,

[...] livre, aberta, democrática, socializadora, que ao mesmo tempo em que cuida da preservação da memória investe na construção do conhecimento e soma esforços para que transforme e seja transformada para e pelo usuário, e que, em razão deste, possa se tornar um ambiente vivo e efervescente de cultura (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 34).

O reconhecimento do caráter público e comum como alma essencial da biblioteca pública fortalecem o entendimento de que “o estreitamento da relação com a comunidade é fator essencial para o desempenho das funções da biblioteca pública”, ampliando as “possibilidades de acesso à informação e de geração e transmissão de conhecimento” (BIBLIOTECA PÚBLICA, 2010, p. 103). Tal reconhecimento facilitará sua atuação no âmbito social e garantirá, de modo compreensível, um lugar de interação entre a informação e o conhecimento por parte de todos aqueles que formam a comunidade.

Sobre a questão da missão da biblioteca pública em um país de dimensões continentais e desnivelamentos regionais marcantes como o Brasil, Miranda (1978, p. 69) assevera:

Não pretendemos dar uma resposta definitiva – mesmo porque a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio ambiente e também porque toda instituição (apesar dos tecnocratas e dos apologistas da “administração por objetivos”) está umbilicalmente ligada àqueles que a organizam, que a fazem viver, que emprestam a ela a marca de sua vontade e de sua personalidade. A biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Consequentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios usuários.

Sobre a questão da missão da biblioteca pública em um país de dimensões continentais e desnivelamentos regionais marcantes como o Brasil, Miranda (1978, p. 69) assevera:

Não pretendemos dar uma resposta definitiva – mesmo porque a biblioteca é um fenômeno histórico em regime de mútua e permanente influência (interação) com o meio ambiente e também porque toda instituição (apesar dos tecnocratas e dos apologistas da “administração por objetivos”) está umbilicalmente ligada àqueles que a organizam, que a fazem viver, que emprestam a ela a marca de sua vontade e de sua personalidade. A biblioteca é, por conseguinte, uma célula viva, única. Nenhuma biblioteca é igual a outra. Consequentemente, objetivos gerais acabam por ajustarem-se às possibilidades e necessidades específicas de cada biblioteca. Longe de constituir-se numa desvantagem, esta é a essência mesma de qualquer instituição democrática: a de ajustar-se a um plano diretor ou a um sistema geral sem perder de vista os seus próprios objetivos, sem renunciar a satisfazer as necessidades peculiares de seus próprios usuários.

Miranda (1978), ao observar a biblioteca como uma célula viva, aponta que nenhuma é igual a outra, pois, sendo representante de uma comunidade e sendo as comunidades diferentes entre si, o ambiente supramencionado converge seus objetivos em favor das necessidades e particularidades de seu usuário – que não é imutável, mas sim, vive em constante evolução e interação com a comunidade.

Estando em um país com as disparidades culturais como o Brasil, onde também ali existem cidades que possuem vasta diversidade cultural, como, por exemplo, Brasília – sua capital –, é preciso reconhecer a necessidade da vontade política para viabilizar as ações da biblioteca pública voltadas para o cidadão e suas diferenças (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011).

De modo agressivo e regional, observando as particularidades de cada região brasileira, mas, sobretudo, faz-se importante uma consciência do acompanhamento das mudanças da sociedade por parte da biblioteca, sobretudo, aquela de viés público (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011).

A leitura, por exemplo, mostra-se como um instrumento eficaz “para o fortalecimento e efetivação da missão da biblioteca pública”; e ainda, os “projetos culturais de leitura” ali desenvolvidos “preveem a aquisição da cultura e do conhecimento, através de um delineamento de um leque de ações com metas bem definidas” (BERNARDINO; SUAIDEN, 2011, p. 35). E ainda, “a leitura deve ser considerada como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem” (MARTINS, 1982, p. 30).

Igualmente, a polissemia da noção de leitura e de tantas outras atividades, com suas múltiplas concepções, torna a importância da biblioteca – sua natureza, sua ação, produção de sentidos, de historicidade – como algo inegável aos olhos da sociedade (ORLANDI, 1999).

II A BIBLIOTECA VISCONDE DE PORTO SEGURO: A PRIMEIRA BIBLIOTECA DE BRASÍLIA

Uma biblioteca representa a preservação da memória e dos vestígios do ser humano, suas criações e reflexões, a possibilidade de acesso ao passado, ao presente registrado quase simultaneamente na atualidade.

Em geral, ela tem por costume prestar serviços voltados para a educação continuada e o saber em geral, com base em materiais de todos os assuntos e interesses, incentivando, conseqüentemente, o hábito da leitura (PERUCCHI, 1999).

Muitas vezes, segundo Perucchi (1999, p. 94), a biblioteca, seja no âmbito escolar ou outrem, “encontra diversos entraves para sua criação e funcionamento satisfatório”. Ainda assim, Feitosa (1998, p. 176-177) destaca que a biblioteca é vista como uma instituição memória, pois:

Os registros do conhecimento por parte das bibliotecas funcionam como um processo de memorização artificial, cujas bases estão fundadas nas tentativas do homem de preservar-se a si e à sua espécie, aprisionando sua memória. Gravam-se as informações nos respectivos suportes e as armazenam pode serem rememoradas pelos que a elas têm acesso. Esse processo mnemônico se dá por técnicas de registro informacional como a classificação, a catalogação e as indexações. O resultado dessas técnicas é a memória documental (ou memória arquivada) da biblioteca. O acervo é o objeto mnemônico das bibliotecas e estas são a própria memória. O poder simbólico da instituição, decorrente de uma visão cristalizada ao longo da História, a consagra como o espaço sacralizado do saber, reconhecido tanto pela elite como pela classe subalterna, indicador do grau de civilização de uma sociedade. A história das bibliotecas mostra claramente seu significado no processo civilizador. Sabe-se que na condição de receptora das grandes descobertas, dos grandes inventos e como “memória viva” das civilizações, a biblioteca tornou-se alvo das mais significativas formas protecionistas por parte das classes detentoras do poder. Socialmente, guardava para si a tarefa de absorver as classes favorecidas; culturalmente irradiava de sua inestimável rede de símbolos os valores [...] que caracterizavam cada uma das civilizações a quem serviu. Participou, portanto ativamente, dos processos civilizadores instituindo muitas das convenções culturais existentes até hoje e que a consubstanciam como símbolo de “progresso” (FEITOSA, 1998, p. 176-177).

Assim, a formação de uma narrativa sobre a trajetória da biblioteca pública em seus primórdios na cidade de Brasília implica no confronto com o silenciamento da memória da Biblioteca Visconde de Porto Seguro – a primeira da cidade.

O processo de elaboração de uma história da biblioteca pública na capital – ainda que incipiente e parcial (visto ser uma representação, logo, uma apreensão da realidade que é intrinsecamente impossibilitada de ser reconstruída de forma holística) revela a frágil preservação da memória cultural local, embora Brasília ainda tenha menos de 100 anos.

Buscando compor um quadro articulado da origem da biblioteca pública em Brasília é imprescindível citar o marco inicial do percurso de sua memória. Registrado no texto do projeto urbanístico vencedor do concurso instituído para a construção da nova capital brasileira, permaneceu por um longo período restrito a condição de mero documento numa sucessão imaterializada de estudos, legislação, reivindicações de setores da sociedade traduzidos em manifestos, até a sua concretude em 2006.

Essa primeira referência a uma biblioteca em Brasília, fruto da visão do arquiteto Lúcio Costa, em 1957, dispõe a biblioteca em um local de certo destaque junto aos palácios dos três poderes da república.

O urbanista Lúcio Costa afirma:

[...] Ao longo dessa esplanada - o Mall, dos ingleses -, extenso gramado destinado a pedestres, a paradas e a desfiles, foram dispostos os ministérios e autarquias. Os das Relações Exteriores e Justiça ocupando os cantos inferiores, contíguos ao edifício do Congresso e com enquadramento condigno, os ministérios militares constituindo uma praça autônoma, e os demais ordenados em sequencia - todos com área privativa de estacionamento -, sendo o último o da Educação, a fim de ficar vizinho ao setor cultural, tratado à maneira de parque por melhor ambientação dos museus, da biblioteca, do planetário, das academias, dos institutos, etc (MAYOCK apud BAUR; BAUR, 2007, p. 195-196).

A especificação do tipo de biblioteca a ser construída na Esplanada dos Ministérios veio somente por meio de lei federal, em 1964, referente à reestruturação administrativa do Distrito Federal, que assim a qualifica:

Art. 17. O prefeito confirmará a condição de órgãos relativamente autônomos, na forma do Art. 12, entre outros, ao Serviço Autônomo de Águas e Esgotos (SAE), ao Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (SLU); à Loteria de Brasília (LOB); ao Teatro Nacional de Brasília (TNB), ao Instituto de Educação do Excepcional (IEE) e à Biblioteca Pública de Brasília (BPB) (BRASIL, 1964).

Contudo, preexistindo a inauguração da capital e mesmo destituída do título formalizado, legal, amparado em lei, vivia-se o afã da edificação de uma cidade. Então, deu-se a criação, em 1958, de uma biblioteca pública nominada Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, em homenagem “ao historiador e diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, perseverante pesquisador de documentos de bibliotecas, que foi também sertanista e que, em diversos trabalhos, defendeu a interiorização” (BIBLIOTECA, 1959).

Inicialmente, a referida biblioteca funcionou na VELHACAP, onde

[...] Ganhou uma sala na sede da Companhia Urbanizadora de Brasília (NOVACAP), com uma mesa, uma cadeira e uma máquina de escrever. Com a máquina passou a escrever cartas para livrarias, editoras, escritores e intelectuais, pedindo ajuda e começando assim o milagre da multiplicação dos livros (REZENDE, 2012, n. p.).

Em 1959, houve a transferência para W3 Sul. Na obra de Maria Duarte, “A educação pela arte: o caso Brasília”, tem-se o relato da primeira bibliotecária:

Fui requisitada da Universidade de Minas Gerais, por Israel Pinheiro, para montar a biblioteca [...] que funcionou, de 1959 a 1961, em duas casas geminadas na quadra 707/708 na W3 Sul [...]. Como não havia verba ou dotação, a coleção inicial foi toda organizada através de doações. Porque houve doações de discos, começou a funcionar uma discoteca, aulas de francês e alemão [...] e a Escolinha de Arte dirigida por Barrenechea (Lola Barrenechea 19/10/81) (DUARTE, 1983, p. 54).¹

O médico Ernesto Silva (1999), pioneiro e historiador, um dos dirigentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), nos primeiros anos da construção de Brasília, foi um participante ativo na instalação da primeira biblioteca. Este personagem detalha da seguinte maneira a composição do acervo:

[...] A Biblioteca contava com cerca de três mil volumes e discos. As coleções foram formadas por doações de embaixadas, instituições culturais, ministérios, outras Bibliotecas e entidades particulares, bem como de escritores e intelectuais do Brasil e do exterior. A Biblioteca possuía coleções sobre os seguintes assuntos: História Pedagógica Brasileira, História Geral dos povos, a coleção “*L Universe Pitoresque*”, em 80 volumes; a coleção Brasileira, com mais de cem volumes, ricamente encadernados, além de numerosos livros sobre literatura brasileira e estrangeira, literatura infantil, livros de sociologia, etc. A discoteca possuía

¹ Esta obra é de fundamental importância para a reconstrução da história cultural de Brasília pelo amplo mapeamento do campo da cultura e o registro de relevantes depoimentos de seus participantes.

música para todos os gostos e uma coleção de discos infantis, todos em LP, com uma sala especial para tal finalidade e uma cabina individual inteiramente independente. A Biblioteca dispunha também de uma sala de leitura e conferência. Sua finalidade era proporcionar ao povo um meio de satisfazer as necessidades intelectuais, de orientá-lo para o nível cultural mais elevado e para formação de uma elite, principalmente no tocante à infância e à adolescência.

Numerosos cursos foram ministrados: o de línguas: Inglês, Francês, Alemão, Italiano, Espanhol; o de música: iniciação musical, história da música, música vocal, conjunto de percussão; o de Belas Artes: cerâmica, desenho e pintura.

Dirigiu a Biblioteca, de 1958 a 1961, a bibliotecária Lola Barrenechea, cujo esposo, Félix Alejándro Barrenechea, responsável pelos cursos de Belas Artes era tido como um dos maiores artistas plásticos do Peru (SILVA, 1999, p. 234-235).

Para Duarte (1983, p. 57), o artista Félix Barrenechea protagonizou “possivelmente, o primeiro acontecimento ligado à arte no território da futura capital” com sua vinda a convite de Israel Pinheiro para fazer em Brasília o Centro Cultural que ele imaginava construir no Peru (sua terra natal), e ao se hospedar no Catetinho.

[...] como havia trazido meus apetrechos de pintura, saí andando pelo cerrado vazio encontrei uma cascatinha, resolvi reproduzi-la num quadro. Depois, com barro que havia perto do Catetinho, fiz uma escultura... e ainda um croqui do perfil de Israel Pinheiro, a carvão numa porta do Catetinho [...], pintei depois disso, no apartamento de Israel Pinheiro em Copacabana, o seu retrato. (Félix Barrenechea, 11.08.81) (DUARTE, 1983, p. 57).

Outras atividades demonstram que o escopo de atuação da biblioteca não se limitava as funções de coleta, preservação e difusão do acervo; mas abrangia ainda o que se denomina atualmente de ação cultural, materializada na criação da Instituição Brasília Arte Cultura (BAC) “como parte integrante das atividades de expansão cultural da biblioteca e a mesma filiada”.

O objetivo da constituição da BAC era

[...] dar habilitação, incentivo artístico e de cultura geral às crianças, jovens e adultos de Brasília, recreando e orientando ao mesmo tempo, por meio de um efetivo programa de realizações culturais, incluindo aulas-ministradas por professores selecionadas (BRASÍLIA, s.d.).

O programa de atividades incluía a realização de “[...] cursos vários, seminários, conferencias, exposições, aperfeiçoamento de professores, apresentações públicas, concursos artísticos e literários” (BRASÍLIA, s.d.).

Considerando que a cidade ainda estava em construção, a Biblioteca Visconde de Porto Seguro apresentava estrutura e organização admiráveis, conjugando um acervo rico e um funcionamento dinâmico, como sala de leitura e empréstimo a domicílio, com a realização de cursos, exposição, uma efetiva prática de disseminação da informação artística em um espaço de interação social. Destaca-se, por exemplo, a comemoração do natal de 1959, cuja decoração foi executada pelo professor Barrenechea que enfeitou “[...] uma árvore de 4 metros iluminada [...], discos de músicas de natal de todo mundo, muitos candangos choraram [...]” (Félix Barrenechea, 11.08.81) (DUARTE, 1983, p. 57).

Entretanto, tal fato não impediu que figurasse no rol da história agitada das bibliotecas, pois segundo Battles (2003, p. 1):

[...] a biblioteca sempre foi o local mais apropriado para conservar e destruir livros em grande escala. Reunidas num único edifício, publicações das mais diversas origens acabam sendo alvo fácil para ódios políticos ou ainda vítimas passivas de guerras e de acidentes naturais. Assim, a história das bibliotecas, vista em seu conjunto, tem pouca semelhança com a placidez de um salão de leitura. Envolve desfechos violentos e interrupções abruptas, disputas e estratégias. É uma história conturbada.

E a interrupção da biblioteca pioneira na capital confirma a prática, pois:

[...] No dia 10 de junho, de 1961, após a mudança de governo, a NOVACAP destinou a casa onde funcionava a biblioteca a alguém, que pressionou e exigiu a casa. Eu estava internada num hospital, pois foi o dia em que minha filha nasceu... um caminhão da Divisão de Obras retirou os livros e simplesmente os jogou no meio da rua, na parte interna da quadra. Ali, a Biblioteca foi desocupada. Acabou, sem ordem judicial, sem inquérito, sem despacho, sem carimbo, sem nada... Talvez por ordem da NOVACAP, uma parte dos livros – eram cerca de 6000 – foi recolhida e colocada nos fundos de uma daquelas instalações da companhia de eletricidade... ainda fui lá ver. Depois uma parte foi para escola parque... A NOVACAP me devolveu à minha repartição de origem, em Belo Horizonte, de onde fui requisitada para trabalhar no Palácio do Planalto (Lola Barrenechea, 19.08.81) (DUARTE, 1983, p. 57).

Em um memorando oficial da extinta Fundação Cultural do Distrito Federal, encontra-se a destinação dos livros após o despejo da Biblioteca Visconde de Porto Seguro quando:

[...] seu acervo foi doado à Fundação Cultural do Distrito Federal, que não teve local apropriado para ela. Daí irem os livros para um porão da CRS 508 sul onde começou haver o extravio do acervo, sendo que a Escola Parque da SQS 307/308 ficou com a maior parte e a Fundação Cultural, depois da

decisão de comissão criada pela Prefeitura do Distrito Federal, recebeu 1383 livros.

DOCUMENTO 1 – Tombamento da Biblioteca em sua maioria coleções como a “Brasileira”, “História da Companhia de Jesus no Brasil”; “Documentos Brasileiros”, “Machado de Assis”, “Graciliano Ramos”, etc. incompletos. (sic) (FUNDAÇÃO, 1986).

Dessa forma, a coleção inicial da primeira biblioteca pública brasileira foi desmembrada e bifurcada, dando origem a Biblioteca da Escola Parque. Duarte (1983, p. 95) destaca que “em 1961, foi recebido parte do acervo da extinta Biblioteca Visconde de Porto Seguro” e a biblioteca da Fundação Cultural do Distrito Federal que,

[...] foi instalada em 1962, com um acervo doado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), constituída de uma parte da Biblioteca Pública Visconde de Porto Seguro de Brasília, em seu tempo de pioneirismo (DUARTE, 1983, p. 95).

No período de construção de Brasília existiram duas bibliotecas públicas: a Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, fundada na VELHACAP – no Núcleo Bandeirante – e posteriormente transferida para a W3 Sul, e a Biblioteca Popular de Brasília – criada e estabelecida também no Núcleo Bandeirante.

A Biblioteca Popular de Brasília tem a sua origem vinculada ao Ministério de Educação e Cultura (MEC). O jornal Diário de Notícias publicou uma nota sobre a mesma que possibilita uma avaliação sobre o seu funcionamento:

A Biblioteca Popular de Brasília funciona de 8h30 às 17h30, à avenida segunda, nº. 775, no Núcleo Bandeirante, possuindo à disposição do público, mais de 2000 obras sobre vários assuntos.

O movimento da Biblioteca durante os meses de abril e maio foi o seguinte: 975 visitas, 486 livros emprestados, 5 conferências e X exposições. (sic) (BIBLIOTECA, 1959b).

Quando a Biblioteca Visconde de Porto Seguro tem o seu acervo posto na rua, a Escola de Artes que funcionava no mesmo espaço físico (as casas geminadas da W3 Sul) também é extinta e seus instrumentos encontram o mesmo local de destino. A escola pioneira no ensino de artes plásticas na nova capital já havia desenvolvido atividades relevantes como a primeira exposição de pintura, cerâmica e escultura modernas em Brasília.

A breve realidade de uma biblioteca pública em Brasília significou a concreta ausência, por quase uma década, de uma instituição do gênero na cidade criada com o propósito de atender ao público em geral. Algumas iniciativas vieram responder à demanda por informação, nos anos seguintes, pois Brasília crescia, funcionários estavam sendo transferidos em busca do sonho e/ou da “dobradinha”.²

Uma das primeiras iniciativas, após a extinção da Biblioteca Visconde de Porto Seguro, resultou na criação de uma pequena biblioteca, em 1963, na galeria do Hotel Nacional, a Agência nº. 1 do Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB), que oferecia, “consulta ao acervo e empréstimos de livros” e foi ponto de encontro de intelectuais da época (SOUZA, 2006, p. 1).

Talvez uma das mais relevantes iniciativas no período, por se aproximar do objetivo de uma biblioteca pública, tenha sido a das bibliotecas setoriais da 108/308 e 104/304 Sul. Gestadas sob o pensamento educacional de Anísio Teixeira, um dos mentores do Plano Educacional de Brasília, ampliavam o acesso da comunidade aos seus acervos, em princípio pensadas como suportes às atividades escolares funcionando desde então como uma espécie de biblioteca pública.

Segundo Duarte (1983, p. 100), “os prédios onde deveriam funcionar as bibliotecas das entrequadras 108/308 e 104/304 Sul foram entregues à Fundação Educacional do Distrito Federal pela NOVACAP no final de 1966”. Logo, o registro de seu efetivo funcionamento ocorre em 1969. O relato da professora Branca Rabello informa como a concepção das bibliotecas ocorreu:

Após várias discussões, decidimos que a biblioteca da 108/308 seria uma Biblioteca para adultos (a biblioteca da Escola Parque atendia às crianças da área) e que na 104/304, faríamos uma biblioteca infantil... No início, tínhamos apenas atividades literárias: hora do conto, leituras, dramatização [...] as crianças não tinham o hábito de frequentar bibliotecas, então nós começamos com a Escolinha de Artes, com o auxílio de Zezé e da Judith... Foi um sucesso, um verdadeiro chamariz para a Biblioteca... A Escolinha, depois de algum tempo funcionando, ganhou 3 ou 4 prêmios internacionais... O nosso trabalho na escolinha tinha muita experiência adquirida na Escola Parque; apenas num contexto bem menor, pois só tínhamos condições para atender a 50% dos pedidos de matrícula. As crianças inscritas freqüentavam a biblioteca duas vezes por semana, por duas horas, e nesse período tinham atividades variadas: desenho e pintura, música e teatro [...], as crianças chegaram a fazer filmes de desenho animado. Para a Biblioteca de 108/308, foi todo o acervo de Biblioteca de Educação, que hoje é muito freqüentada. Essa biblioteca tinha também um

² Remuneração em dobro do salário dos funcionários públicos a fim de atraí-los para a nova capital.

acervo para deficientes visuais, livros didáticos traduzidos por duas professoras que aprenderam Braille (este acervo está agora na Biblioteca Especializada do Centro de Ensino Especial). Quando o Embaixador Murtinho estava na Secretaria, fizemos, com mais três colegas, o planejamento para um “Sistema Integrado de Bibliotecas Setoriais” – uma rede de bibliotecas setoriais construídas em Brasília e nas Cidades Satélites, funcionando junto aos Centros de Ensino de 1º grau, e abertas a toda a comunidade local [...] (Branca Rabello, 19.08.81) (DUARTE, 1983, p. 100).

[...] desenvolveu dois projetos. Um deles foi o das minibibliotecas, implantado na cidade do Rio de Janeiro, e depois estendido a Brasília e a Natal. Pequenos carros eram adaptados para transporte, exposição e empréstimo de livros para leitura no próprio local (por um período de três horas). Obedecendo a programação prévia, circulavam de terça-feira a sábado nas praças públicas e jardins e no domingo nas praias. Os criadores do projeto acreditavam que a presença das minibibliotecas em lugares inesperados da cidade, causaria surpresa e motivaria a população a utilizá-las (OLIVEIRA, 1994, p. 101).

No final dos anos 1960, o Instituto Nacional do Livro, para promover a biblioteca e a leitura. Um dos locais onde estes pequenos carros estacionavam em Brasília, em 1968, era em frente à escola classe da 405/406 Norte. Era um pequeno ônibus de listras azuis e amarelas, equipados com estantes, mesas, cadeiras e livros no espaço interno, que funcionava como uma biblioteca ambulante,

III A HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE BRASÍLIA

Após a extinção da pioneira Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro, deve-se destacar a importância da história da biblioteca do Instituto Nacional do Livro (INL), que ocupou o prédio do restaurante do Grupo de Trabalho de Brasília (GTB), “construído em tempo recorde”, assim relatado por Garcez:

Rasgos na terra intocada [...] nasce uma cidade! E no coração dessa cidade, em uma de suas principais artérias, ainda apenas um traço de terra no verde, é plantado um pequeno prédio (1959), Não um palácio como os que estão sendo construídos no eixo monumental. Um discreto e moderno restaurante. Como tudo no mundo, dividido em duas alas: a popular e a de luxo. De um lado, copos e toalhas de plásticos, botas enlameadas, calças de brim. Chapéus suarentos, fôrmica e alumínio [...]. De outro, louças finas, cristais, cortinas de veludo, almofadas, estofados, ternos de tropical, dedas e perfume. Na entrada uma sorveteria. Local de saber as novidades, contar os sonhos, articular o trabalho, conferir blocos, investigar novos mexericos, sondar perspectivas, propagar boas novas. O ponto de convívio social, reunião, confraternização, debate, conversa, devaneio. Era o primeiro restaurante da nova capital, pertencente ao Grupo de Trabalho de Brasília – GTB e arrendado sucessivamente para vários empresários pioneiros (GARCEZ, 2000, p. 12).

Mas, com o golpe militar de 1964 e a instalação de um regime de exceção:

Os ânimos se exaltam, as conversas tornam-se mais inflamadas, há um clima tenso no ar. É preciso articular, é preciso conversar, convencer, estudar as possibilidades. Todos ao restaurante do GTB para confabular”. Inútil, o restaurante já não é o mesmo. Sob a mira da repressão, torna-se silencioso, vazio, decadente. Fechado para reformas [...] 1965. É preciso desativá-lo, é preciso impedir reuniões, evitar conspirações. As reformas se arrastam no esquecimento. 1965, 1966, 1967, 1968... Tapumes, poeira, degradação, abandono (GARCEZ, 2000, p. 13).

Segundo Sousa, no período entre 1965 e 1967, “a concessão do restaurante é contestada pelos militares e o prédio é retomado”. Em 1968, o prédio é reformado “para nele funcionar a Unidade Cultural de Brasília, por iniciativa do general Umberto Peregrino, diretor do Instituto Nacional do Livro” (GARCEZ, 2000, p. 15).

Diante do exposto, faz-se importante situar o contexto de criação da Biblioteca Demonstrativa do INL no campo cultural, mas especificamente, da política cultural para as bibliotecas públicas nos anos 1960.

Sob um estado militar, ditatorial, orientado pela ideologia da segurança nacional e do desenvolvimento, a política cultural não ficaria sob a guarda da influência militar. Ao analisar as políticas governamentais de bibliotecas públicas da época, Oliveira (1994, p. 88) destaca:

A institucionalização, na administração pública federal, do processo de planejamento sistemático de economia e de alguns setores estratégicos, deu origem a inúmeros planos nacionais e setoriais de desenvolvimentos. O INL, vinculado ao MEC, norteou suas atividades no período, tomando por base os planos e programas governamentais elaborados para as áreas de Educação e Cultura daquele Ministério. O Diagnóstico Preliminar da Cultura (BRASIL, 1967) foi o primeiro destes documentos que nortearam a ação do INL. Embora a área de cultura estivesse afeta ao MEC, o diagnóstico foi elaborado pelo Ministério do Planejamento, o qual controlava o orçamento, as prioridades e investimentos da área cultural, vista pelo regime, não apenas como instrumento para estabelecer sua hegemonia, mas também, como um investimento econômico gerador de lucro.

Uma comissão de intelectuais, presidida pelo general Umberto Peregrino, formada por nomes em sua maioria relevantes no campo literário, tais como Afrânio Coutinho, Eduardo Portela, Américo Jacobina Lacombe e José Paulo Moreira da Fonseca, elaborou o Diagnóstico Preliminar da Cultura, que identificou os problemas das bibliotecas públicas na década de 1960, a saber:

- acervos estáticos e desatualizados, formados, em geral, por doações de particulares;
- localização inadequada e instalações deficientes, contribuindo para a queda do padrão de serviços;
- deficiências de pessoal, de meios de conservação do acervo, de aparelhagem técnica, de serviços complementares (publicação de catálogos, publicação eruditas e literárias) e de atendimento ao público;
- precariedade de comunicação com serviços similares e de instrumentos que facilitassem a cooperação entre eles (OLIVEIRA, 1994, p. 89).

Reiterando o discurso inicial na gênese do INL centralizado no Livro, o Diagnóstico indicava que “[...] um problema chave para a indústria do livro era a falta de bibliotecas” (OLIVEIRA, 1994, p. 89). Assim, a criação de bibliotecas públicas surgia como um corolário, ou seja, o Estado deveria formar e manter uma biblioteca em cada município para respaldar a produção editorial brasileira.

O Diagnóstico também sugeria outros objetivos como a “implantação e manutenção de bibliotecas infantis como formadoras de leitores e as unidades culturais”, a serem implantadas em bairros e núcleos populacionais desassistidos. A unidade cultural seria composta por “biblioteca e discoteca populares, galeria e

auditório, formando uma agência completa “de irradiação cultural e de correção pedagógica” (OLIVEIRA, 1994, p. 92).

Em meio aos pareceres sobre a situação das bibliotecas em Brasília no início da fundação da cidade e após o golpe de Estado supracitado, foi inaugurada em 20 de novembro de 1970, de nível federal, a Biblioteca Demonstrativa do INL. A cidade recebeu uma biblioteca pública que, embora tenha sido pensada como exemplo para as bibliotecas conveniadas e registradas no referido Instituto, tornou-se a única biblioteca pública de Brasília durante vinte anos (OLIVEIRA, 1994, p. 92).

De fato, no imaginário da cidade, ao se tratar de biblioteca pública em Brasília, muitas pessoas associam a questão à Biblioteca Demonstrativa. Afinal, a sua permanência na história brasiliense está marcada e arraigada na memória de, pelo menos, duas gerações de moradores da capital. Tal fato pode ser creditado a uma programação variada que extrapola a visão tradicional de espaço silencioso e preservacionista do conhecimento. Efetivamente, é uma instituição também disseminadora de informação em seus diversos suportes e um espaço de intercâmbio social e artístico. Algumas atividades desenvolvidas como o grupo de atualização da mulher, as apresentações musicais, os concursos literários envolvem outros segmentos da comunidade.

A terceira biblioteca pública em Brasília, a Biblioteca Pública de Brasília (BPB) – foi criada vinte anos após a reforma do GTB e sua ocupação pela Biblioteca Demonstrativa do INL.

Vinculada ao Governo do Distrito Federal (GDF), representou a culminância de uma longa trajetória de reivindicações empreendidas por vários segmentos da sociedade, de estabelecimento de documentos legais e estudos sobre a criação de uma biblioteca pública na capital.

Neste sentido, vale destacar a mais remota legislação instituída pela administração pública governamental: um Decreto de 1962 que trata da criação de uma biblioteca em Brasília, que assim determinava:

O prefeito do Distrito Federal, no uso de suas atribuições,
DECRETA:

Art. 1º - Fica criada, na Superintendência de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal do Distrito Federal.

Art. 2º - A Biblioteca Municipal do Distrito Federal, depois de devidamente organizada e instalada, será incorporada à Fundação Cultural do Distrito Federal.

Art. 3º - O Superintendente de Educação e Cultura proporá as medidas e determinará as providências necessárias para cumprir e fazer cumprir o disposto no artigo anterior, no prazo máximo de 60 sessenta dias.

Art. 4º. – O presente Decreto estará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de novembro de 1962

IVO DE MAGALHÃES

Eliezer Rosa (BRASIL, 1962).

A biblioteca existente em tal ditame nunca foi concretizada, e o mesmo Decreto tornou-se, como tantas outras, mais uma lei cuja eficácia prática é nula.

Um dos estudos mais proeminentes acerca da implantação de uma biblioteca pública na cidade surgiu do diagnóstico amplo, denso e minucioso elaborado pelo consultor Hipotético Escolar Sobriño, da *United Nations Education, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO), em 1968, que segundo Tarapanoff (1985, p. 197), tinha “[...] a dupla missão de avaliar a situação atual e recomendar linhas de ação para o desenvolvimento de bibliotecas no Brasil; e elaborar o projeto piloto da Biblioteca de Brasília”.

Escolar Sobriño (1969) ressaltou o fato de que: “Brasília, como capital da União, deve ter uma biblioteca de acordo com sua importância, e esta biblioteca não pode ser a Biblioteca Nacional que se localiza, muito bem, no Rio de Janeiro” (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 32). Aquele consultor analisou ainda o contexto socioeconômico de Brasília, os denominados equipamentos culturais, a composição dos serviços bibliotecários (quantidade e tipos de bibliotecas e existentes na cidade), e discriminou até mesmo como deveria ser o projeto arquitetônico da futura biblioteca, em termos de disposição espacial dos seus diversos setores. Defendia em seu projeto a criação de um sistema de bibliotecas, tendo a Biblioteca Pública de Brasília a posição centralizadora, matriz, das demais bibliotecas; pois entendia “que obrigar um leitor necessitado a deslocar-se perdendo tempo e dinheiro é uma injustiça e um mal serviço” (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 33).

Assim, tal biblioteca deveria localizar-se entre a Torre e a Praça da Prefeitura (a Praça do Buriti); e as sucursais, “situadas nos lugares onde haja densidade dos leitores”. Estaria subordinada a Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal (DF), sujeita a sua supervisão e controle (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 33).

Quanto à organização do acervo, não se limitaria aos suportes tradicionais da informação (livros, periódicos, mapas e gravuras); formar-se-ia também pela inclusão dos meios audiovisuais e com as máquinas mais modernas. Enfim, para uma cidade moderna, uma biblioteca à altura de seu *status*.

No projeto de Escolar Sobriño para a biblioteca-piloto, contemplam-se uma cinemateca e uma fonoteca (discoteca) que abarcariam, além da constituição de um acervo de filmes, fitas e discos em recintos próprios destinados a exibição e audição dos diversos itens, a geração de diapositivos para complementar os livros de texto e para constituir o arquivo gráfico nacional.

Um aspecto interessante que sobressai desse estudo é o da documentação da realidade brasiliense, pois os dispositivos serviriam “[...] para arquivar e inventariar a flora, a fauna, a arqueologia, a mineralogia o folclore, a arte em geral [...]” da região de Brasília (ESCOLAR SOBRIÑO, 1969, p. 35).

Mas o diagnóstico permaneceu no papel, sendo mais um documento irrealizado.

Em 1975, quando da realização do 8º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, entre 21 a 25 de Julho, ocorreu a apresentação de uma “Proposta para criação de um sistema nacional de Bibliotecas Públicas”, elaborado por um grupo de trabalho da Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, sob a coordenação do professor Agenor Briquet de Lemos (TAPARANOFF, 1985, p. 198). Visava a organização, pela União, os Estados e o Distrito Federal, de um sistema de bibliotecas públicas.

Embora tenha sido aprovada e iniciada a sua implantação em alguns estados (Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do norte e também o Distrito Federal), segundo Tarapanoff (1985, p. 198-199), “[...] uma vez mais não foi possível concretizar a intenção em ação”.

Em 1980, vivia-se um questionamento gerado na Universidade de Brasília (UnB), por um grupo de alunos sobre os rumos de sua vida cultural, posteriormente as reuniões realizadas ali foram transferidas para o Serviço Social do Comércio (SESC), da 913 sul. Impregnados pela mentalidade de que a comunidade, o povo, deveria ser um partícipe das ações culturais criou-se o CUCA, um coletivo cultural, “[...] aberto a artistas, entidades culturais e todos os interessados na dinamização da vida artística cultural de Brasília” (DUARTE, 1983, p. 137).

O Movimento Candango de Dinamização Cultural (CUCA) emerge em uma época de efervescente discussão sobre a cultura em Brasília, no momento em que as suas jovens cabeças pensantes começam a refletir acerca do fazer arte e cultura, do viver desse ofício na capital, de criar visibilidade ao que era produzido aqui, pelas pessoas residentes na cidade. O referido movimento promovia a articulação de setores da sociedade diretamente envolvidos com o campo cultural, extrapolando a ação do grupo profissional dos bibliotecários na defesa da instalação de uma biblioteca pública na cidade.

Em 1985, segundo Tarapanoff (1985, p. 194), estava em curso uma campanha em prol da Biblioteca Pública Já!, promovida pela classe bibliotecária. Visitas foram efetuadas a vários governadores pela Associação dos Bibliotecários, pelos professores do curso de Biblioteconomia da UnB e membros dos Conselhos Regional e Federal, visando persuadi-los da necessidade da biblioteca pública.

Finalmente, em 12 de março de 1990, a Biblioteca Pública de Brasília (BPB) (vide Figura 1, a seguir), tanto tempo almejada, foi criada, atendendo a uma antiga reivindicação da comunidade por meio de abaixo assinado contendo mais de cem mil assinaturas (ALMEIDA, 2002, p. 1).

No projeto para implantação da BPB, elaborado pela Coordenadoria do Programa de Bibliotecas, em 1989, tem-se aqui os motivos para sua criação, assim apresentado:

Brasília completará trinta anos em 21 de Abril do próximo ano e não possui até hoje uma Biblioteca Pública.

A justificativa para a elaboração deste projeto encontra respaldo não só neste fato, como também no apelo popular da comunidade, evidenciado em um abaixo assinado contendo mais de cem mil assinaturas, resultado da campanha "Biblioteca Pública Já!".

Datado de 1984, o abaixo assinado foi ratificado este ano, através de demanda comprovada durante o governo itinerante em que as necessidades das bibliotecas apareceram como necessidade comum.

Brasília espera há muito pela sua Biblioteca Pública. Com a criação da Secretaria da Cultura, em 1985, surgiu a possibilidade de concretizar esta aspiração, que, entretanto encontra dificuldade devido ao custo do projeto em relação à disponibilidade orçamentária da atual Secretaria de Cultura e Esporte (DISTRITO FEDERAL, 1989, n. p.).

A Biblioteca é aberta ao público com um acervo inicial de aproximadamente 1500 livros. [...] obtidos através do Instituto Nacional do Livro, Editora Universidade de Brasília e da Campanha de Doação de Livros, realizados junto à comunidade pelas viaturas da Rocan (BIBLIOTECA, 1990, p. 18).



Figura 1 – Biblioteca Pública de Brasília.

Fonte: Ventura (2017, n. p.).

Almeida (2002, p. 1) ainda registra que:

As mesas e cadeiras foram doadas pela comunidade e pelos Ministérios, e tiveram que ser recuperadas e lavadas para uso. As estantes, em metalon, foram feitas na marcenaria da Secretaria de Administração. [...] com o objetivo de aumentar e atualizar o seu acervo, melhorar suas instalações e aparelhamento, além de estimular a realização de atividades culturais, foi criada a Associação de Amigos da Biblioteca Pública de Brasília, entidade sócio cultural, sem fins lucrativos [...].

É possível observar que ainda que se tenha a participação dos cidadãos na gestão da Biblioteca, a associação destacada anteriormente significa uma forma de compensar a ausência de verbas regulares, isto é, a lacuna na atuação do Estado.

Ao final do ano de 1999, verificou-se o crescimento do acervo da biblioteca (60.000 exemplares) e a persistência da escassez de recursos de pessoal e financeiro, da desatualização do acervo e da insuficiência de equipamentos.

Ao lado da Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB) (vide Figura 2, a seguir), a BPB representa a garantia de mais um serviço informativo público, mantendo a disseminação do saber e da cultura na capital federal.



Figura 2 – Biblioteca Demonstrativa de Brasília.

Fonte: Daher (2017, n. p.).

IV A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA: A BIBLIOTECA PÚBLICA NA CONSTITUIÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL

As bibliotecas públicas supracitadas, em momentos temporais distintos, estabeleceram-se na capital federal deixando seus rasgos de existência na memória local, individual e coletiva da sociedade brasiliense.

A primeira biblioteca, a Biblioteca Visconde de Porto Seguro, praticamente desconhecida porque sua curta história foi silenciada, representou um importante espaço de interação social, cuja memória sobrevive por meio de registros em algumas poucas obras e textos jornalísticos.

Ela constitui um caso de desvelamento de memórias subterrâneas, vergonhosas, em vista da forma como foi extinta a biblioteca e de sua relevância como serviço público – subterrâneas porque permaneceram longo tempo invisíveis, indizíveis, discursos não-ditos, silenciosos. Vergonhosas, posto que na hierarquia cultural a instituição memória, como bem cultural, ocupa uma posição de prestígio, está imbuída de um poder simbólico, sendo reconhecida positivamente pela sociedade.

Uma prática arbitrária como a do despejo da biblioteca Visconde de Porto Seguro não condiz com o discurso público sintetizado na afirmação de Milanesi (1986, p. 15): “É difícil para qualquer cidadão considerar publicamente a biblioteca como uma instituição supérflua [...]”.

Quando ocorre tal fato, a tendência é que, na esfera pública, seja silenciado, não é algo a ser alardeado, não deve encontrar dizibilidade. Tal fato pode explicar a existência de poucas menções ao desfecho de sua fugaz história em obras que relatam os anos iniciais da cidade, ignorando-se o despejo de seu acervo.

Raras e restritas referências, ao longo dos últimos anos a cerca da biblioteca sugerem um processo de enquadramento da memória. De acordo com Pollak (1989, p. 5):

Está claro, portanto, que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre várias organizações. Para caracterizar essa memória constituída, eu gostaria de introduzir o conceito de trabalho de enquadramento da memória. Vale dizer: há um trabalho que é parcialmente realizado pelos historiadores.

Segundo Pollak (1989), o fato foi registrado em jornais de outros Estados, mas a imprensa local no período não documentou o despejo. Tal silenciamento propicia uma desinformação e o estabelecimento de equívocos. A formação e organização dos discursos omitindo acontecimentos produz o silenciamento e conduz ao esquecimento, visto que:

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (POLLAK, 1992, p. 201).

Analisar o contexto em que ocorreu a finalização repentina da biblioteca Visconde de Porto Seguro remete a transição governamental entre a saída de Juscelino Kubitschek da Presidência da República e a posse de Jânio Quadros: um quadro de acirrada luta político-partidária, entre mudancistas e antimudancistas da nova capital. No início de uma nova gestão, como é usual na administração pública brasileira, ocorre uma troca de cargos, os aliados e indicados também assumem postos. Neste processo, a memória da realização de alguma benesse para a sociedade é retalhada ou simplesmente enquadrada politicamente. Neste sentido, Pollak (1992, p. 205) destaca: “A memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõe grupos políticos diversos”.

O discurso de valorização positiva considera a instituição memória um símbolo de *status*, prestígio. A força de seu poder simbólico, porém, muitas vezes, solidifica-se apenas na fala, como afirma Milanese (2003, p. 24):

Raramente se impreca contra as bibliotecas sem que se corra o risco de ser lançado na esfera da ignorância dos insensíveis. Isso não quer dizer que elas ocupem um lugar destacado nos programas de educação e cultura elaborados pelos administradores públicos.

Eis aí um dos paradoxos nacionais: as bibliotecas são colocadas à margem, mas não se ousa diminuí-las, pois estão no rol das ancestralidades que nos elevam da planura de um cotidiano pobre e simplório para os espaços enciclopédicos da gramática e literatura povoados pelos seres cultos e admiráveis, quase sempre olímpicos e respeitabilíssimos. É, pois, a biblioteca uma entidade tradicional e que, de forma alguma, é estranha as vidas das cidades. Apesar disso, pertence a categoria das instituições passíveis de descarte ao primeiro sinal de crise. Raramente constam dos orçamentos municipais, vivem de esmolas, não se atualizam e dispõem de acervo quase sempre incompatível com a necessidade do público.

A Biblioteca Nacional de Brasília, prevista no plano urbanístico somente se materializou vários anos após a inauguração da cidade, resultante de uma decisão política, “um administrador público decide investir recursos numa grande obra cultural, arquitetura avançada, serviços modernos, contemporaneidade” e “a inauguração, sempre solene, é geralmente programada para os últimos dias da gestão administrativa, mesmo que a obra não esteja concluída” (MILANESI, 2003, p. 60). Situação comum nas cidades brasileiras onde a monumentalidade do prédio é mais importante do que o estudo preliminar das atribuições do novo espaço cultural, ou seja, o planejamento da caracterização do público a ser atendido e dos serviços oferecidos.

Uma análise retrospectiva indica que mesmo sendo precedida de um planejamento arquitetônico, a plena concretização de seu projeto pode resultar em uma espera de décadas.

Vale destacar que quando a biblioteca, de modo geral, permite o usufruto do patrimônio cultural da humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de uma biblioteca pública em Brasília precedeu a inauguração da cidade, ocupando espaços adaptados e precários, com acervos desatualizados, escassez de verbas para manutenção, e permeada de ações que envolviam a insistência e o esforço de alguns atores.

Historicamente, se mesmo a biblioteca monumental e inscrita no projeto urbanístico da capital só concretiza-se muito tempo depois da fundação da cidade – parcialmente – percebe-se que o valor da memória das bibliotecas anteriormente existentes, sobretudo da pioneira e extinta Biblioteca Visconde de Porto Seguro, ainda é algo a ser trabalhado e discutido na cultural local.

E ainda, a destinação de locais que serviriam para a prestação de outros serviços artísticos e/ou corriqueiros da esfera estatal (água, luz, telefone, entre outros) e a insuficiência de recursos financeiros e de pessoal especializado deixam evidente a bagunça e desorganização no tratamento da questão da formação das bibliotecas na localidade em análise.

Faz-se importante destacar que o retardo e a falta de ação do Estado na criação e gestão de bibliotecas públicas em todo o Brasil e, mais especificamente, desde a fundação de Brasília – mesmo com atuais 26 bibliotecas públicas.

Em verdade, as bibliotecas públicas foram produto de ações pontuais, inclusive a Biblioteca Visconde de Porto Seguro – uma vez que se observa como algo inacreditável que, em uma cidade planejada, com a constante chegada de candangos e funcionários públicos, não se tenha planejado e fundamentado prontamente um espaço de leitura, estudo e lazer para aqueles que viviam em meio ao cerrado virgem.

A inexistência de políticas públicas que, teoricamente, deveriam assegurar os recursos financeiros, o quadro de funcionários especializados e outros aspectos, parecem ser acontecimentos prevaletentes na história das bibliotecas brasileiras.

De fato, é importante ressaltar que tal espaço tem-se constituído nos dias atuais via parcerias público-privadas. Existe a vontade política de construir espaços de saber (afinal, sempre existiu), mas que devido à “cultura” Brasileira de deixar as coisas para o último momento e de, conseqüentemente, adaptar as situações existentes.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Célia Maria. **Biblioteca de Brasília**. Brasília, 2002.

BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. São Paulo: Planeta Brasil, 2003, p.1.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues; SUAIDEN, Emir José. O papel social da biblioteca pública na interação entre informação e conhecimento no contexto da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 4, p.29-41, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1257/970>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BEZERRA, Laudénice Rodrigues. **Considerações sobre a importância da biblioteca pública para a sociedade: em foco a Biblioteca Damásio Franca – CECAPRO**. 2011. 82 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia) – Departamento de Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <http://www.ccsa.ufpb.br/biblio/contents/tcc/tcc-2011/consideracoes-sobre-a-importancia-da-biblioteca-publica_-em-foco-a-biblioteca-damasio-franca.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BIBLIOTECA amplia a frequência com novidades para a comunidade. **Correio Braziliense**, 19 de março de 1990. Caderno Cidade.

BIBLIOTECA em Brasília. In: **Revista Brasília**, v. 3, n. 35, Nov. 1959a.

BIBLIOTECA POPULAR DE BRASÍLIA. In: **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 17 de junho de 1959b.

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010

BIBLIOTECA Pública de Brasília: In: **Yelp**, 2018. Disponível em: <<https://www.yelp.com.br/biz/biblioteca-p%C3%BAblica-de-bras%C3%ADlia-bras%C3%ADlia>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O amor pela arte**: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Zouk, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 213, de 05 de novembro de 1962.**

_____. **Lei n. 4.545, de 10 de dezembro de 1964.** Dispõe sobre a reestruturação administrativa do Distrito Federal, e dá outras providências. Brasília, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L4545.htm>. Acesso em: 02 nov. 2018.

BRASÍLIA ARTE E CULTURA. **Brasília**: Biblioteca e Discoteca de Porto Seguro, s.d.

DAHER, Elias. A Biblioteca Demonstrativa de Brasília. In: **Brasília de Fato**, 1º de fevereiro de 2017. Disponível em: <<https://brasiliadefato.com.br/colunas/literarte/2017/02/biblioteca-demonstrativa-de-brasilia/>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Cultura e Esporte. Coordenadoria do programa de Bibliotecas. **Projeto para implantação da Biblioteca Pública de Brasília.** Brasília, 1989.

DUARTE, Maria de Souza. **A educação pela arte**: o caso Brasília. Brasília Thesaurus, 1983.

ESCOLAR SOBRIÑO, Hipólito. **Desarrollo de las biblioteca publicas em el Brasil**: creacion de UNESCO. 1969.

FEITOSA, Luís Tadeu. **O poço da draga**: a favela e a biblioteca. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Esportes, 1998.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL. Biblioteca. Memorando n. 09, de 17 de abril de 1986.

GARCEZ, Lucília. **Memória viva**: Biblioteca Demonstrativa de Brasília – 30 anos. Brasília: Biblioteca Demonstrativa de Brasília, 2000.

HJORLAND, Birger. Concept theory. **Journal of the American Society for Information and Technology**, v. 69, n. 8, p. 1519-1563, ago. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/227828075_Concept_Theory>. Acesso em: 02 nov. 2018.

KEINERT, Tania Margarete Mezzomo. **Administração Pública no Brasil**: crises e mudanças de paradigmas. São Paulo, Annablume: FAPESP, 2000.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleção. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

MACHADO, Elisa; ELIAS JUNIOR, Alberto; ACHILLES, Daniele; A biblioteca pública no espaço público: estratégias de mobilização cultural e atuação sócio-política do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. esp., p.115-127, out./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/10.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINS, Ana Amélia Lage; REIS, Alcenir Soares dos. Sobre a migração dos conceitos: uma discussão necessária. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 14., 2013. **Anais...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/393/240>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAYOCK, Rick. Tapando buracos metafísicos: Os Beatles, Nietzsche e o problema da incompletude. In: BAUR, Michel; BAUR, Steve. **Os Beatles e a Filosofia – “nada que você pense que não pode ser pensado”**. São Paulo: Madras, 2007.

MEDEIROS, Ana Ligia. Bibliotecas e cidadania. **Sinais Sociais**, v. 4, n. 13, p. 10-45, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/682/1/MEDEIROS%2C%20A.%20L.%20-%20Biblioteca%20e%20cidadania%20-%20Sinais%20sociais.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

MILANESI, Luís. **A casa da invenção**: biblioteca, centro de cultura. São Paulo: Ateliê, 2003.

_____. **Ordenar para desordenar: centro de cultura e bibliotecas públicas.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”:** políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) –Curso de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1437>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento.** Campinas, SP: Pontes, 1999.

PERUCCHI, Valmira. A importância da biblioteca nas escolas públicas municipais de Criciúma – Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS**, v. 4, n. 4, p. 0-97, 1999. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/341/404>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

_____. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <<http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%20.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

RASTELI, Alessandro; CAVALCANTE, Lídia Eugenia. A competência em informação e o bibliotecário mediador da leitura em bibliotecas públicas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 18, n. 36, p. 157-180, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n36p157/24518>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

REZENDE, Humberto. Salas históricas: escola mais antiga de Brasília, ainda em funcionamento, foi fundada há 43 anos e fica na Vila Planalto. **Correio Braziliense**, 2012. Disponível em <<http://www2.correioweb.com.br/hotsitesbsb40anos/21042000/pagina7.htm>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SILVA, Ernesto. **História de Brasília**: um sonho, uma esperança. 4. ed. Brasília: Linha Gráfica, 1999.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; REIS, Alcenir Soares dos. Biblioteca pública como lugar de práticas culturais: uma discussão sóciohistórica. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 37-54, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3740/5597>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

SOUZA, Ana Maria da C. **Histórico. BDB, 2006 – versão simplificada**. Brasília, 2006.

TARAPANOFF, Kira. Aspectos da demanda e oferta no mercado da informação em Brasília. In: **Boletim ABDF**, Nova Série, Brasília, v. 8, n. 3, p. 196-212, jul./set., 1985.

VENTURA, Pedro. Reformada, Biblioteca da Asa Sul será reaberta no 2º semestre de 2017: foi a maior reforma já feita desde a inauguração do espaço, que ocorreu em 12 de março de 1990. In: **Agência Brasília**, 07 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/reformada-biblioteca-da-asa-sul-sera-reaberta-no-2o-semester-de-2017>>. Acesso em: 02 nov. 2018.